

MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO E A CONDIÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER CATARINENSE

Aline Venturi¹

UFSC / aline.venturi@joinville.senai.br

Lauro Mattei²

UFSC / mattei@cse.ufsc.br

Resumo

A inserção da mulher nas atividades econômicas tornou-se uma variável relevante no estudo sobre o comportamento recente do mercado de trabalho. Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX, particularmente a partir das décadas de 1980 e 1990, observou-se uma crescente participação feminina nas ocupações formais de trabalho, em detrimento da queda de participação dos homens em setores específicos da economia. As mudanças estruturais desencadeadas com o processo de reestruturação produtiva nos países capitalistas afetaram quantitativa e qualitativamente a participação da mulher no mercado de trabalho, a qual passou a ocupar mais espaços e galgar melhores postos de trabalho no mercado formal. Essa nova formatação do mercado de trabalho pode ser explicada por fatores sociais, como o maior nível educacional que as mulheres têm alcançado, e fatores econômicos, como os diferenciais de salários que ainda persistem. O objetivo deste estudo é analisar essa questão no âmbito do mercado formal de trabalho de Santa Catarina, que aparece no cenário nacional como um dos estados com a maior participação da força de trabalho feminina na flutuação do nível de emprego, em relação à média nacional. Para tanto, foram consideradas as variáveis centrais de gênero, escolaridade, remuneração e os setores econômicos responsáveis por esta mudança relativa de participação. A pesquisa se fundamentou em uma revisão teórica e análise quantitativa, através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os resultados revelaram que o emprego feminino em Santa Catarina já detém cerca de 40% do total de ocupações formais no Estado. Contudo, apesar do aumento dos postos de trabalho femininos e do maior nível de escolaridade que as mulheres vêm conquistando, os dados mostram também a existência de menores remunerações, comparativamente aos postos formais de trabalho masculinos, revelando a precarização das relações de trabalho em curso que recaem sobre o gênero feminino.

Palavras-chave: Mercado formal de trabalho, Gênero, Santa Catarina.

¹ Bacharel em Economia e docente do SENAI Joinville (aline.venturi@joinville.senai.br).

² Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina E-mail: mattei@cse.ufsc.br

Introdução

As transformações que atingiram o mundo do trabalho nas últimas décadas se refletiram sobre diversos aspectos da realidade do trabalhador. O processo de globalização e de reestruturação produtiva provocou um aumento considerável do desemprego, o surgimento de novas formas de contratação, mais flexíveis e inseguras, e também uma mudança de inserção da mulher nesse mercado de trabalho modificado.

É nesse cenário instável do mercado de trabalho que se evidenciou um processo gradual e contínuo de inserção da mulher, de modo que ela passou a disputar postos de trabalho e enfrentar desafios próprios dentro desta nova dinâmica produtiva. Atualmente a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro é cada vez mais significativa. Nas últimas décadas diversos estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho indicaram o crescimento constante da presença feminina na força de trabalho.

Esta inclusão, porém, tem se dado em um cenário de degradação das condições do trabalho formal decorrente, principalmente, das mudanças econômicas e da reestruturação produtiva da década de 1990 e, especificamente no caso brasileiro, em conjunto com um cenário caracterizado pelo baixo crescimento econômico e alto índice de desemprego. Além disso, o crescimento da participação da mulher no mercado formal de trabalho combina-se com a manutenção das atividades voltadas aos serviços domésticos e origina-se, sobretudo, a partir da necessidade da mulher em complementar a renda familiar.

Com o objetivo de entender o processo de inserção da mulher, especificamente no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, este trabalho procurou apontar algumas transformações recentes, assinalando suas conseqüências sobre o emprego no estado catarinense. A primeira seção se concentra em descrever as principais transformações e seus efeitos sobre a força de trabalho após as mudanças econômicas do final do século XX, com ênfase para o fenômeno da feminilização do trabalho. A segunda seção trata de apontar características do trabalho feminino no Brasil, enquanto a terceira seção descreve o emprego formal feminino em Santa Catarina. Finalmente, o trabalho se encerra com breves considerações a respeito desta nova composição do mercado de trabalho catarinense.

1. Breves notas sobre as transformações no mundo do trabalho

O final do século XX é interpretado como um período de grandes e profundas transformações estruturais da economia mundial. Após o auge do modelo fordista de produção, apoiado no estado keynesiano de bem-estar, os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas que os obrigou a buscar alternativas de sustentação da produtividade.

A globalização e a reestruturação produtiva oriunda da crise de acumulação do capital provocaram diferentes efeitos sobre o mercado de trabalho. O aumento da concorrência gerou a busca pela queda nos custos de produção, que foi alcançada através da incorporação de novas tecnologias e inovações organizacionais nas empresas causando uma reestruturação em todo o processo produtivo.

Segundo estudo do DIEESE (1996), o aumento do desemprego mundial, principalmente após a década de 1990, pode estar relacionado à forma como os países

se inseriram nos moldes da Terceira Revolução Industrial. O modelo de organização da produção, de forma flexível e enxuta, passou a requerer um trabalho mais polivalente e intenso. Isto significou a diminuição dos postos de trabalho, com aumento do desemprego estrutural, derivado da substituição do trabalhador pela automação industrial.

Todavia, os trabalhadores que se mantiveram nas fábricas tiveram que se adaptar às novas formas de organização da produção, que passaram a exigir um trabalhador multifuncional e mais qualificado. O surgimento de programas de busca de qualidade, para aumentar a competitividade das empresas, passou a exigir dos trabalhadores maior participação na organização da produção, enfatizando programas como os Círculos de Controle da Qualidade (CCQs), e vinculando os salários às metas de produção. Ocorreu uma diminuição da hierarquia entre os cargos, além do aumento de terceirizados e trabalhadores temporários.

O progresso tecnológico atingiu todos os setores da economia, provocando uma reorganização da composição do emprego em todos os países afetados pelos avanços. O setor primário perdeu participação, assim como o contingente de empregados no setor industrial, que registrou diminuição absoluta em vários países. Os setores de serviços e comércio, apesar da grande participação relativa, ainda se mostram incapazes de absorver a mão-de-obra liberada nos demais setores, muitas vezes sendo responsáveis pela grande precarização nos postos de trabalho e aumento da informalidade.

Estas transformações foram também acompanhadas de mudanças severas no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34). As empresas foram adquirindo maior poder de negociação, diminuindo salários, subempregando e, até mesmo, terceirizando os próprios funcionários, como forma de aumentar suas taxas de produtividade e de lucro.

A flexibilização foi preconizada pela nova ordem vigente como uma das exigências necessárias ao aumento da produtividade, além de essencial para reverter a crise. Contudo, diante da forma desregulada de concorrência, ela acabou estimulando a redução dos empregos estáveis e aumentando o subemprego. A automação desenvolvida com a revolução tecnológica reduziu drasticamente o número de trabalhadores e trouxe o efeito do desemprego estrutural em massa para a maioria dos países capitalistas. A diversificação das linhas de produção e a subcontratação tornaram-se facilmente adotáveis, dando origem às novas formas de contratação, como trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, terceirização e emprego informal.

Para agravar ainda este quadro negativo advindo do processo de flexibilização do trabalho, destaca-se ainda o peso do papel do Estado como regulador dos processos econômicos e sociais. Diante da falência do Estado de Bem-Estar e do padrão keynesiano, os governos perderam a capacidade de gerar empregos por si só, que se dava por meio das grandes inversões de capital feitas no período de predomínio do padrão fordista. O foco nas políticas públicas de crescimento e proteção ao emprego foi substituído pela preocupação constante em dinamizar o processo de globalização e modernização. Diante do paradigma neoliberal, com a crescente defesa do movimento de desregular e flexibilizar as relações trabalhistas, reduziram-se os gastos com educação,

programas de treinamento subsidiados e, principalmente, alteraram-se as formas de contratação legais.

O ataque ideológico à intervenção na economia reduziu a participação do Estado tanto em termos de políticas sociais, como na própria dinâmica capitalista de produção, por meio da desestatização das empresas públicas e da maior participação de novos grupos na tomada de decisões do processo econômico. As privatizações foram responsáveis por eliminar grande parte dos empregos protegidos, sendo que o funcionalismo público passou a se concentrar em funções que sobreviveram à modernização funcional e administrativa do setor público (POCHMANN, 2001).

A desregulamentação do mercado de trabalho e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego, só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores (MATTOSO, 1998) e tornar precárias as relações de trabalho. O resultado mais expressivo dos processos de flexibilização na produção foi a expansão das formas de precarização do trabalho.

O setor informal surgiu como alternativa ao desemprego, trazendo, porém, baixos salários, desproteção e atividades muito mais precárias. A constatação mundial deste setor da economia surgiu a partir da década de 1970, quando um relatório da ONU/OIT sugeriu a inserção de trabalhadores que, por não conseguirem se empregar no setor formal, dinâmico e protegido da economia, encontraram nas atividades informais uma saída para sua subsistência. De acordo com Ramos (2007), estes trabalhadores estariam longe de compor um grupo alienado do setor de produção moderno, uma vez que contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento capitalista dos países periféricos.

Assim, o setor informal seria composto por trabalhadores autônomos, empregados domésticos, e mesmo os pequenos negócios com até cinco empregados, consolidando uma estratégia de sobrevivência a baixos níveis de produtividade. Já o conceito de informalidade se resumiria a todas as formas de contratação que não cumprem as normas básicas de proteção social, e que segundo Dedecca (2007), podem estar presentes tanto no setor formal, como mais intensamente no setor informal.

Muitas outras constatações podem ser levantadas a respeito das transformações por que passou o emprego nas últimas décadas do século XX. É neste contexto de alterações estruturais que se insere a participação da mulher no mercado de trabalho. A maior feminilização do trabalho, com a grande incorporação da mão-de-obra feminina surgiu como tendência nas últimas décadas e parece um movimento cada vez mais solidificado.

Segundo Teixeira (2005), este contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, o movimento feminista do final dos anos de 1960 nos Estados Unidos e Europa proporcionou à mulher um crescimento político na sociedade.

O avanço cultural do século XX pôde promover a inserção da mulher neste mundo do trabalho, que impulsionada por questões de igualdade e reconhecimento, ocupou mais espaço na população economicamente ativa. Nos países mais periféricos esta inserção

foi impulsionada, principalmente, pela contribuição da mulher na renda familiar e também pelo aumento expressivo de mulheres chefes de família. Mas a análise deste movimento não deve ser tomada separadamente dos avanços das formas precárias de empregabilidade, que acabaram por inferir às mulheres menores salários e maiores exigências quanto à qualificação. Uma das saídas para reduzir despesas utilizadas pelas empresas em reestruturação foi o emprego de mão-de-obra feminina, permitindo as mesmas auferir ganhos mais elevados em troca dos salários reduzidos.

Assim, mesmo com o expressivo crescimento da mulher no mercado de trabalho, ainda não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais, indicando que as mulheres acabam aceitando postos de trabalhos menos nobres para sobreviver com suas famílias, num contexto em que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que as da população masculina.

2. A mulher no mercado de trabalho brasileiro

Segundo estudo do Dieese (2007) o ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado por um processo contínuo, diversificado e, praticamente, definitivo. Surge como um processo que altera não somente as características do mercado de trabalho, mas também a tradicional composição familiar e domiciliar, pois o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando sensivelmente nas últimas duas décadas.

Entretanto, a inserção feminina no mercado de trabalho tem sido acompanhada de segregações e discriminações que as colocam em condições menos favoráveis no campo sócio profissional. Esta realidade evidencia-se a partir do estudo das relações de trabalho e, especialmente, das formas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, as quais, por ocorrerem em um espaço público — o espaço da produção —, permitem maior visibilidade e melhor apreensão das relações de gênero.

Hirata (2002) elaborou um importante estudo em que se observa o comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados: enquanto as taxas masculinas estagnam ou decrescem, as femininas ampliam-se durante os períodos de expansão e continuam a crescer durante a crise e o baixo crescimento. Não obstante essa evolução mais favorável às mulheres, ainda permanece um quadro de maiores dificuldades ao seu ingresso no mercado de trabalho. Estes empecilhos se manifestam de diversas formas, tais como a maior exposição ao risco do desemprego, a segregação ocupacional, a discriminação nos rendimentos, etc.

No estudo “As Mulheres e o Salário Mínimo nos Mercados de Trabalho Metropolitanos” (IBGE, 2007), pode-se perceber que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina somava, em 2006, 8,878 milhões de pessoas, passando a corresponder a 46,7% da PEA metropolitana. Entre essas trabalhadoras, a maior parcela compunha a força de trabalho ocupada, enquanto 19,8% delas permaneciam em situação de desemprego (1,754 milhões de mulheres).

Quanto à remuneração, em 2006, o número de trabalhadoras que receberam remunerações equivalentes a até um salário mínimo somava 2,208 milhões de mulheres, correspondendo a 31,0% das ocupadas no mercado de trabalho metropolitano avaliado pelo Sistema PED. Enquanto em Porto Alegre, 20,9% das ocupadas alcançavam ganhos que se limitavam ao salário mínimo, na Região Metropolitana de Recife esta era a

situação de mais da metade das mulheres (53,9%). Assim, embora as proporções regionais sejam diferentes, quase um terço das mulheres que trabalhavam nas economias urbanas pesquisadas, o fazia por remunerações diminutas. Ainda de acordo com o IBGE (2007), o rendimento do trabalho das mulheres, estimado em R\$ 927,09, continua sendo inferior ao dos homens (R\$ 1.314,43). No ano de 2007, por exemplo, comparando-se a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de 70,0% do rendimento recebido pelos homens.

Quanto à escolaridade, esse quesito tem se mostrado importante como facilitador da inserção e de um melhor posicionamento do contingente feminino no mundo do trabalho: quanto mais elevado o nível escolar, menores tendem a ser os diferenciais de renda entre homens e mulheres. No entanto, mesmo com ensino superior completo ou detentoras de formação profissional, as mulheres não atingem, necessariamente, os mesmos ganhos dos homens na mesma condição, apenas sendo reduzida a desigualdade.

Na divisão social e sexual do trabalho, homens e mulheres não exercem os mesmos tipos de trabalho e, da mesma forma, não se distribuem uniformemente entre os setores de atividade econômica. Assim, as mulheres se concentram mais no setor serviços e nos serviços domésticos — tradicionalmente mais heterogêneos e menos estruturados, especialmente quando confrontados com a indústria — e em ocupações que se aproximam do papel culturalmente atribuído a elas, relacionado à esfera da reprodução.

Às ocupações desempenhadas pelas mulheres é atribuído menor *status* e, conseqüentemente, menor valor, traduzido por rendimentos inferiores às trabalhadoras. Da mesma forma, nelas se observam, em maior medida, modalidades contratuais flexibilizadas ou menos formalizadas, aumentando a proporção de mulheres em condições ocupacionais precárias.

Outro fator de influência nos baixos rendimentos da mulher é o emprego em tempo parcial. A maioria dos postos de trabalho em tempo parcial é ocupada por mulheres, seja pela impossibilidade de estas exercerem emprego de tempo integral em função da dupla jornada de trabalho, seja pela discriminação pura e simples.

Entre os diferentes aspectos que são observados no trabalho da mulher, em comparação com o trabalho do homem, destaca-se a dupla jornada. Ela resulta do acúmulo das responsabilidades advindas do emprego com a “obrigação” de, ao chegar em casa, cuidar dos afazeres domésticos, como limpeza da casa, alimentação da família, atenção e cuidados aos filhos (acompanhamento dos estudos e das condições de saúde, entre tantos outros cuidados).

Estudo do IBGE com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) realizada em 2005, mostra que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não reduziu a jornada delas com os afazeres domésticos. Para a faixa de idade de 25 a 49 anos, na qual a inserção das mulheres nas atividades remuneradas é maior e que coincide com a presença de filhos menores, a realização de afazeres domésticos ocupa 94,0% das mulheres.

No país, ainda de acordo com o IBGE, 109,2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam realizar tarefas domésticas; sendo que, deste conjunto, 71,5 milhões (65,4%) são mulheres e 37,7 milhões (34,6%) são homens. E, ainda, na

população masculina, quem mais realiza tarefas em casa são os mais escolarizados (54%), enquanto que para as mulheres ocorre o inverso.

O casamento interfere no número de horas dedicadas à execução de serviços domésticos durante a semana. As que são casadas e tem filhos menores de 14 anos têm a maior média: 29,0 horas. Entre as não-casadas, este dado é de 22,0 horas semanais.

Apesar de a jornada das mulheres no mercado de trabalho ser menor, se for considerada a atividade exercida pela mulher na manutenção da casa e da família, sua carga de trabalho semanal total supera a dos homens em quase cinco horas.

Um dos resultados da reestruturação produtiva foi a deterioração da renda familiar e a conseqüente necessidade de incorporação dos diferentes membros da família no mercado de trabalho. A nova situação do mercado de trabalho resultou em maior partilha na responsabilidade pela manutenção do grupo doméstico pelos componentes da família.

Tornou-se crescente a importância da participação da renda obtida pelo trabalho da mulher-cônjuge, o que evidencia a impossibilidade concreta de realização da família estruturada com base no “chefe provedor” que já se vinha manifestando como tendência desde a década de 1980. Além disso, muitas vezes as mulheres que ocupam a chefia de família têm de lidar com a ausência do companheiro e não podem contar com qualquer tipo de ajuda de outros membros, como pais ou irmãos (DIEESE, 2007).

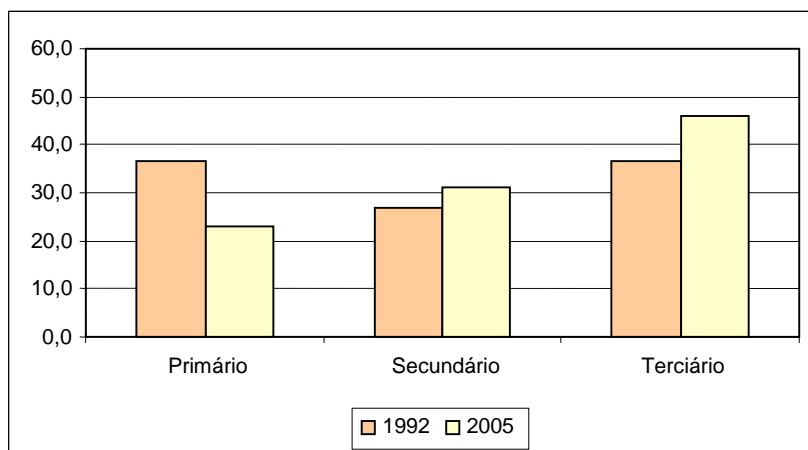
É neste contexto que se insere a realidade da trabalhadora catarinense. Mesmo com as especificidades e particularidades das condições encontradas pelas mulheres trabalhadoras em Santa Catarina, o estado detém importantes pólos industriais, cujas mudanças no processo produtivo regional estão conectadas com a reestruturação produtiva que permeou a indústria brasileira desde as últimas décadas do século passado, moldando o mercado de trabalho e as formas de inserção da trabalhadora catarinense.

3. A inserção das mulheres no mercado de trabalho formal em sc

O mercado de trabalho catarinense, apesar do maior grau de formalização em relação às outras unidades federativas, também foi atingido pelas mudanças gerais da economia brasileira. O estado de Santa Catarina, formado historicamente por uma estrutura produtiva diversificada e descentralizada, com forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial, também acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional. A abertura comercial, os planos de estabilização econômica que se seguiram e, principalmente, a retirada do Estado como promotor do desenvolvimento tiveram conseqüências sobre as relações econômicas e de trabalho na região.

A partir das transformações gerais na economia do estado o mercado de trabalho em Santa Catarina passou a assumir os mesmos problemas de exclusão e desemprego como no restante do país (DIEESE, 1996). O comportamento do emprego passou a responder às iniciativas governamentais e empresariais, que incentivaram as terceirizações, as novas técnicas de gestão e a reestruturação tecnológica do processo produtivo. Houve como em todo o país o aumento das ocupações informais, desprotegidas e precarizadas, além de um aumento substancial das ocupações do setor terciário.

A Figura 1 apresenta a estrutura ocupacional em Santa Catarina entre os anos de 1992 e 2005 e revela que a maior parte dos trabalhadores já se concentra nas ocupações terciárias, que incluem o comércio, a prestação de serviços e a administração pública. O setor primário perdeu ainda mais participação nos últimos anos, enquanto o setor industrial permanece com cerca de 30% da população ocupada.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE/PNAD.

Figura 1 - Distribuição da estrutura ocupacional. Santa Catarina. 1992-2005.

Quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho no estado, a Tabela 1 mostra que a ocupação cresceu sensivelmente menos do que a população economicamente ativa, apesar da taxa de ocupação se manter elevada no estado, em torno de 95,4%. Tal tabela apresenta a PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e gênero, sendo que os valores são relativos à semana de referência. Os desocupados são os que procuraram trabalho nos últimos sete dias, antes da pesquisa.

A PEA ocupada apresenta crescimento de 2,44% ao ano no período, enquanto a PEA total cresce 2,5% ao ano. Os desocupados, ou desempregados, apresentaram crescimento de 3,86% ao ano, o que elevou a taxa de desocupação de 3,82%, em 1992, para 4,53%, em 2005. O desemprego atingiu mais intensamente a população economicamente ativa feminina, que apesar do aumento na participação relativa (passa de 39% em 1992 para 45% em 2005) alcançou uma variação média anual de 6,19% em sua taxa de desocupação.

Assim, apesar de apresentar taxas de desemprego em geral menores do que a média nacional, o estado catarinense conviveu nas últimas décadas com um aumento substancial do contingente de desocupados, que se expressaram, sobretudo, na população feminina. Segundo dados da OIT, este é um fenômeno mundial, uma vez que o desemprego tem atingido mais fortemente as mulheres em todos os países, sobretudo as mulheres negras, onde o percentual da taxa de desemprego é 86% superior a dos homens brancos.

Tabela 1. População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência segundo a condição de ocupação e gênero. Santa Catarina, 1992 e 2005.

Condição de atividade e de ocupação	1992	2005	1992/2005 % a.a.
Economicamente ativas	2.407.458	3.319.287	2,5
Ocupadas	2.315.516	3.168.780	2,44
Taxa de ocupação (%)	96,18	95,47	-
Desocupadas	91.942	150.507	3,86
Taxa de desocupação (%)	3,82	4,53	-
Homens	1.447.758	1.835.344	1,84
Ocupados	1.400.085	1.781.459	1,87
Desocupados	47.673	53.885	0,95
Mulheres	959.700	1.483.943	3,41
Ocupadas	915.431	1.387.321	3,25
Desocupadas	44.269	96.622	6,19
Não economicamente ativas	1.239.473	1.654.391	2,25

Fonte: PNAD.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada. Este tipo de ocupação apresentou nos últimos anos uma evolução crescente, de modo que os setores mais dinâmicos do estado, em especial a indústria de transformação, foram responsáveis pelas maiores variações no total do emprego. Dessa forma, as decisões empresariais de reestruturação e modernização do setor produtivo a partir do início da década de 1990 provocaram distintos efeitos na determinação do emprego formal, sobretudo no caso da ocupação feminina.

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento. Em 1995 houve uma queda do número absoluto de ocupações formais, como reflexo das políticas de estabilização adotadas no início da década, de forma que se perderam empregos estáveis no período. A partir de 1999, porém, se dá uma inversão no processo e as ocupações formais começam a recuperar o crescimento.

Dentre as causas que poderiam explicar esse comportamento, muitos estudos destacam a desvalorização da moeda ocorrida em 1999 que levou à intensificação do comércio mundial ao dinamizar as exportações brasileiras. No entanto, segundo Baltar (2006), a maior fiscalização promovida pelo estado brasileiro com relação às leis trabalhistas, que passou a combater as fraudes e incentivar a formalização dos

³ Esta taxa de crescimento médio foi obtida a partir do cálculo $\left(\frac{b}{a}\right)^{\frac{1}{13}} - 1$ * 100, onde a representa o valor do ano de 1992 e b o valor de 2005. Fonte: Niederle, S. (2005).

trabalhadores é um dos elementos centrais que explicam o referido comportamento dos postos formais de trabalho.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho, segundo o gênero no período de 1991 a 2005. É bem nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho catarinense. Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,4%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 5,16%. Esse dado revela a tendência de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos.

De acordo com a análise do mercado formal do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE, 2005), o Estado de Santa Catarina é um dos estados que detém uma maior participação da força de trabalho feminina no emprego formal, em relação à média nacional.

Tabela 2 - Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
Taxa cresc. a.a.		3,49		5,16	

Fonte: RAIS/ MTE.

A participação feminina no mercado formal de trabalho passou de 35,17%, em 1991 para 40,83%, em 2005, enquanto a participação masculina caiu de 64,83% para 59,1%, no mesmo período. Essa mudança de composição na estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram à mulher a buscar maior participação na renda familiar, além do fato de a própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos. Outra questão

que se pretende evidenciar neste trabalho é que a contratação de mais mulheres teria sido condicionada pelos menores salários impostos às mesmas, como condição de reduzir os custos produtivos.

A indústria de transformação ainda é a responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos. Em 1991, este setor ocupava 39,25% dos postos formais masculinos, caindo para 35,8% em 2005, segundo a Tabela 3.

O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, que tinha participação relativa de 25,07%, em 1991, e passou para 24,63%, em 2005. Na verdade o que se observa é que ocorreu uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida, principalmente no comércio, construção civil e agropecuária, em detrimento de queda de participação nos outros setores.

Quanto aos setores que detêm maior participação masculina no total dos empregados, em 2005 podemos destacar a extrativa mineral (94% homens), a construção civil (93,2%), agropecuária (76,2%) e a indústria de transformação (64%).

Tabela 3 - Distribuição da taxa de participação e do total dos PFT segundo gênero e setores de atividade econômica em Santa Catarina em 1991 e 2005.

	Absoluto %		Absoluto %	
	1991		2005	
Masculino				
Extrativa mineral	7.018	1,37	6.355	0,72
Indústria de transformação	200.970	39,25	315.329	35,84
Serviços ind. de ut. pub.	11.751	2,29	12.129	1,38
Construção civil	19.489	3,81	46.546	5,29
Comércio	63.881	12,47	164.524	18,70
Serviços	128.371	25,07	216.726	24,63
Administração pública	68.175	13,31	84.267	9,58
Agropecuária	12.431	2,43	33.952	3,86
Total	542.468	100	879.828	100
Feminino				
Extrativa mineral	190	0,07	418	0,07
Indústria de transformação	94.150	34,01	177.965	29,31
Serviços ind. de ut. pub.	1.957	0,71	2.306	0,38
Construção civil	1.317	0,48	3.361	0,55
Comércio	37.260	13,46	119.347	19,66
Serviços	76.975	27,81	181.160	29,84
Administração pública	62.353	22,52	112.025	18,45
Agropecuária	2.615	0,94	10.559	1,74
Total	294.298	100	607.141	100

Fonte: RAIS/MTE

Quanto ao gênero feminino, as maiores taxas de participação ficam para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. Sua participação em relação ao total só é maior no setor de administração pública, que tem em 2005, 57% de participação relativa das mulheres. No comércio e serviços as mulheres

representam um pouco menos da metade dos trabalhadores do setor, com participação relativa em torno de 45%.

A taxa de participação feminina na indústria de transformação passou de 34,01%, em 1991, para 29,3%, em 2005. A administração pública também teve redução de participação de 22,52%, em 1991, para 18,45%, em 2005. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos passam de uma taxa de participação de 41,27%, em 1991, para uma taxa de participação de 49,5%, em 2005.

Buscando aprofundar as análises sobre o emprego formal em SC, identificam-se características peculiares aos trabalhadores, em particular, os diferenciais de gênero (anexos A e B). A argumentação na seqüência está baseada nos dados do anexo A, através de cruzamentos entre os setores de atividade, o gênero e a escolaridade dos trabalhadores, no ano de 2005. Este procedimento busca identificar em quais setores há maior nível de qualificação entre homens e mulheres, além de apresentar os diferenciais de educação e gênero existentes dentro de cada ramo de atividade.

A indústria de transformação, setor que absorve maior quantidade de empregados formalizados no estado (cerca de 34%), tem maior concentração de ocupações formais do sexo masculino, agrupados na faixa educacional do ensino médio completo. Os homens neste nível de escolaridade ocupam 18,2% do total de empregos neste setor e 28,6% do total de empregos masculinos. Já as mulheres aparecem com maior participação na faixa de ensino fundamental incompleto, com até 8 anos de estudo. Neste grau, elas ocupam 10,1% do total de empregos do setor e 28,2% dos postos de trabalho exclusivamente femininos. As mulheres com ensino médio completo correspondem a apenas 9,75% do total de PFT na indústria. Nos níveis de ensino superior, tanto completo como incompleto, homens e mulheres têm baixa participação relativa, com os homens ocupando 4,53% e as mulheres 2,37% do total de PFT.

Na construção civil, onde os homens representam a grande maioria dos empregados, ocupando 93,2% do total dos PFT, a maior parte destes empregados tem o ensino fundamental incompleto, correspondendo a cerca de 40% do total de ocupações deste setor. As poucas mulheres que trabalham neste setor se concentram no ensino médio completo, onde representam 36,7% das ocupações femininas e apenas 2,5% do total de PFT na construção civil. Apesar da baixa participação feminina, elas parecem ocupar cargos mais qualificados, já que 23,3% das mulheres ocupam postos de trabalho no ensino superior (completo e incompleto), enquanto apenas 3,9% dos homens da construção civil alcançaram este nível de escolaridade.

No comércio parece haver maior homogeneidade de ocupações, com os homens e mulheres com ensino médio completo ocupando cerca de 20% cada no total de PFT deste setor. As mulheres apresentam uma qualificação melhor, no sentido que 29% delas têm o ensino fundamental completo, enquanto os homens neste mesmo grau, representam 42% do total de PFT masculinos e 24,3% do total do setor.

O setor de serviços apresenta basicamente a mesma distribuição, com homens e mulheres concentrados no ensino médio completo. Os homens desta faixa de educação correspondem a 15,4% do total de empregos, e 28,2% das ocupações masculinas. As mulheres com ensino médio completo são também 15% do total e 33% dentro das ocupações femininas. 25,5% das mulheres têm ensino superior (completo e incompleto), enquanto os homens somam apenas 18,8% nesta faixa de educação.

O setor de administração pública, único com maior participação feminina no estado, tem 25% dos seus PFT ocupados por mulheres com ensino superior completo. Além de ser o setor mais expressivo na participação feminina, constata-se que neste setor estão os níveis mais qualificados de mão-de-obra. Os homens neste grau de escolaridade significam 13,1% do total, e 22,8% deles ocupam cargos com ensino fundamental incompleto, enquanto apenas 11,1% das mulheres estão nesta faixa educacional. Os serviços industriais de utilidade pública têm uma participação maior de homens com ensino médio completo, que correspondem a 25% do total de ocupações neste setor. A maior parte das mulheres está concentrada no médio e superior completo, ocupando respectivamente 31,1% e 27,6% dos PFT femininos. Os homens com ensino superior completo somam apenas 14% do total de homens no setor, que representam 84% do total.

O setor extrativo mineral também se sobressai com a maior participação masculina, possuindo 39,8% de seus empregados reunidos no ensino fundamental incompleto, sendo que destes apenas 1% são representados por mulheres. A agropecuária tem a mesma distribuição, com os homens ocupando 43,5% dos PFT totais no fundamental incompleto e as mulheres 13,5% no mesmo nível de qualificação.

O quadro demonstra assim que os setores mais tradicionais como a indústria, o comércio e os serviços têm uma distribuição mais homogênea, com homens e mulheres, ocupando postos com nível médio de educação. Os setores de administração pública e serviços industriais são os mais exigentes quanto ao nível educacional, destacando-se a administração pública com seu alto percentual de mulheres com formação superior. Já os setores da construção civil, a agropecuária e o ramo extrativo mineral, possuem tradicionalmente mais homens trabalhando e também trabalhadores menos qualificados.

Uma outra característica relevante neste cenário do emprego formal refere-se ao diferencial de remuneração existente nos setores de atividade econômica entre homens e mulheres, que acaba por se demonstrar mais preocupante do que os diferenciais de qualificação. Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho comprova que os custos de contratação das mulheres não são elevados, como tentam contrapor os empresários, ao rebaixar os salários femininos por conta das políticas de proteção à maternidade. As desigualdades existentes tendem a tornar precárias as condições femininas de emprego, fazendo com que mulheres com a mesma qualificação e nos altos cargos cheguem a ganhar 30% a menos do que os homens na mesma função (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2006).

Ao se referir ao aumento da participação feminina e também as altas taxas de desemprego entre as mulheres, Galeazzi (2001, p. 62) conclui:

Uma vez ocupadas, a desigualdade expressa-se, principalmente, pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Às mulheres cabem ocupações de mais baixo *status*, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens.

As desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres já foram expostas anteriormente, evidenciando que as mulheres brasileiras ganham em média 70% dos rendimentos masculinos. O anexo B traz um quadro do comportamento do emprego por setores e remuneração, desagregando também por gênero (em 2005), o que permite

identificar se Santa Catarina também possui um diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, como assinalado pela literatura especializada.

Na indústria de transformação, onde 70% dos empregados recebem entre 1 e 3 salários mínimos, o maior percentual nesta faixa é de homens, que representam 39,5% do total da mão-de-obra, com as mulheres vindo logo em seguida com 30,8% de participação. Os demais funcionários estão distribuídos nas faixas salariais entre 3 e 10 salários. A participação masculina é de 61,8% entre 1 e 3 SM; 23% entre 3 e 5; e 10,2% dos homens ganhando entre 5 e 10 salários. Já as mulheres se concentram majoritariamente na faixa de rendimentos entre 1 a 3 SM, com 85,6% delas empregadas nesta categoria. O baixo acesso a níveis maiores de escolaridade deste setor se reflete aqui na baixa remuneração, quando apenas 9,9% dos empregados ganham acima de 5 salários mínimos.

O setor de construção civil tem 75,1% de seus empregados ganhando entre 1 e 3 salários, que representa um montante de 37,5 mil trabalhadores. Entre estes, a distribuição por sexo parece bem homogênea: 75% dos homens e 72,6% das mulheres se encontram neste patamar de remuneração. O diferencial de qualificação apontado no outro quadro não parece se refletir aqui em grandes diferenças salariais. Enquanto 6,2% dos homens ganham acima de 5 SM, 8,5% das mulheres ganham salários também mais elevados (acima de 5 salários mínimos), tomando como parâmetro o diferencial de praticamente 20% entre homens e mulheres com ensino superior.

O comércio e os serviços seguem a mesma tendência de baixos salários, com a maior parte de seus trabalhadores ganhando entre 1 e 3 salários mínimos. No comércio, 75,5% dos homens recebem esta faixa salarial, enquanto o percentual das mulheres nesta faixa salarial é de 83,6%. Praticamente 20% dos demais trabalhadores masculinos ganham entre 3 e 5 SM, e apenas 9% das mulheres, aqui mais qualificadas, absorvem este rendimento. Nos serviços o diferencial de salários se revela um pouco menor, com 61,8% dos homens e 69% das mulheres recebendo entre 1 e 3 SM. Nas faixas mais altas de remuneração a diferença é baixa, mas existente, com 15,8% dos homens ganhando acima de 5 SM, e apenas 10,8% das mulheres recebendo remuneração neste patamar.

A administração pública possui uma homogeneidade maior em sua distribuição salarial, de forma que os PFT se distribuem da seguinte maneira: 24,3% de mulheres ganhando entre 1 e 3 SM; 14,85% de mulheres ganhando entre 3 e 5 SM, e 12% de mulheres recebendo entre 5 e 10 SM (os mais expressivos). Porém, na quantificação por diferencial de sexo, aparece um cenário mais acentuado: em um setor de maioria feminina e bem qualificada os poucos homens absorvem as maiores faixas de remuneração. Nas faixas entre 5 e 10 salários, estão ocupados 27% dos homens, contra 20% das mulheres, e acima de 10 salários, se distribuem 16% dos homens contra 7% das mulheres. Nos serviços industriais de utilidade pública, com o maior percentual de homens empregados e uma grande parte de pessoas bem escolarizadas, não seria de se esperar outro movimento a não ser de o setor ser dominado por uma maioria de homens recebendo melhores salários. Do total de 14,4 mil empregados do setor quase 30% são homens com salários superiores a 10 mínimos e mais 30,8% dos homens recebendo entre 3 e 10 SM. Entre as poucas mulheres há uma distribuição também homogênea: 30% delas recebem entre 1 e 3 SM; mais 37% entre 3 e 10 SM; e 29% com salários superiores a 10 mínimos.

O setor extrativo mineral tem 70% dos seus trabalhadores concentrados nos homens com remuneração entre 1 e 5 salários mínimos. Além de terem pequena participação, quase 60% das mulheres neste setor recebem entre 1 e 3 SM. Na agropecuária, onde 82% dos trabalhadores recebem entre 1 e 3 SM, a distribuição por gênero também reflete baixos salários para ambos os sexos. Enquanto 81,8% dos homens recebem esta faixa de remuneração, também 86% das mulheres estão incluídas nesta categoria.

Estes dados evidenciam que também em Santa Catarina ocorre uma segregação em termos de gênero, em que as mulheres, mesmo com níveis de qualificação iguais ou superiores aos homens, acabam ficando concentradas nas menores faixas de salários. Um outro ponto merece ser destacado à medida que, quanto maiores os salários dentro de cada setor, maior é o diferencial existente entre homens e mulheres. Nos setores concentrados em baixos salários, como o extrativo mineral e a agropecuária, há menor margem de segregação de rendimentos entre os sexos.

Por fim, pode-se destacar que esta descrição do mercado formal de trabalho em Santa Catarina permite observar de perto as mudanças colocadas no contexto geral de transformação das relações de trabalho, onde se caminha em direção a salários rebaixados, aumento das exigências quanto à escolaridade do trabalhador e, mais evidente, uma segregação por gênero que atinge as mulheres nos diversos setores da economia.

4. Considerações finais

É perceptível o impacto que as mudanças econômicas e políticas das últimas décadas tiveram sobre a composição do mercado de trabalho brasileiro. A reestruturação produtiva em conjunto com as alterações na ordem econômica originaram movimentos de flexibilização e recomposição da força de trabalho, que buscou se adaptar a um mercado mais exigente e competitivo.

Concomitantemente, uma revolução cultural provocou alterações nas estruturas familiares de modo que o homem veio perdendo seu papel de provedor individual da renda familiar. Nesse contexto de dificuldades econômicas e mudanças estruturais na família, a mulher elevou sua participação no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que manteve sua jornada de trabalho doméstica.

Em relação à Santa Catarina observou-se que a participação da mulher vem crescendo ano a ano no mercado formal, em particular nos setores de comércio, serviços, administração pública e na própria indústria de transformação. O crescimento expressivo das ocupações formais a partir de 1999 foi mais intenso no caso do emprego feminino, sem, contudo deixar de ser registrado maior desemprego entre as mulheres no período analisado.

O cruzamento das informações revelou que, apesar do aumento da participação, as ocupações femininas não foram acompanhadas de iguais condições de remuneração e qualificação, comparativamente aos homens. Mesmo em setores em que a mulher tem participação expressiva e alto nível de qualificação, os cargos de maior remuneração tendem a ser distribuídos para os homens. Isso indica que a mulher ainda enfrenta dificuldades para atingir cargos elevados na hierarquia, e, em consequência, salários maiores.

Apesar das políticas públicas desenvolvidas em direção à igualdade de gênero na sociedade, em particular, no mercado de trabalho, muito há de ser estudado e trabalhado em direção ao desenvolvimento de um ambiente favorável ao trabalho feminino. Apesar da forte contribuição que suas ocupações têm trazido para a economia, as mulheres ainda enfrentam discriminações no mercado de trabalho, seja pelo diferencial de rendimentos ou pela própria dificuldade de acesso a cargos de chefia.

5. Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 1997.

BALTAR, Paulo; KREIN, José; MORETTO, Amílton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho**. Campinas: CESIT. UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.

_____. Setor informal e informalidade no Brasil. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 234, p. 18-23, jan./fev. 2007.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE –SC. **A mulher trabalhadora catarinense**. Florianópolis, dez. 2007.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras. **Revista Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: Publicações FEE, v.1, 2001.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para empresa e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: PNAD: 2004. Rio de Janeiro, 2005.

LINS, Hoyêdo e MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Texto para discussão, Departamento de Economia. Florianópolis, n. 8, 2001.

MATTOSO, Jorge. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base Estatística*: Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: 1991-2005. CD-ROM.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, Lauro. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. **Texto para discussão IPEA**. Rio de Janeiro, n. 1255, jan. 2007.

REVISTA DO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Panorama do trabalho precário. São Paulo: Primeiro Plano, n. 10, maio 2006.

TEIXEIRA, Zuleide. As mulheres e o mercado de trabalho. 2005. Disponível em: http://www.universia.com.br/html/materia/materia_daba.html#login. Acesso em: 10 fev. 2008.

ANEXOS

Anexo A - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e escolaridade. Santa Catarina, 2005.

		ANALF.	FUNDAMENTAL		MÉDIO		SUPERIOR		TOTAL
			INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	
Extrativa mineral									
	Masculino	30	2.629	1.396	720	1.243	119	218	6.355
	Feminino	3	68	53	28	157	44	65	418
	Total	33	2.697	1.449	748	1.400	163	283	6.773
Indústria de transformação									
	Masculino	1.142	86.581	76.214	38.818	90.200	10.430	11.944	315.329
	Feminino	447	50.231	45.214	22.305	48.103	5.867	5.798	177.965
	Total	1.589	136.812	121.428	61.123	138.303	16.297	17.742	493.294
Serviços industriais de utilidade pública									
	Masculino	51	3.060	2.362	728	3.648	571	1.709	12.129
	Feminino	23	350	242	112	718	223	638	2.306
	Total	74	3.410	2.604	840	4.366	794	2.347	14.435
Construção civil									
	Masculino	366	19.946	12.404	3.931	8.086	734	1.079	46.546
	Feminino	12	571	475	282	1.236	390	395	3.361
	Total	378	20.517	12.879	4.213	9.322	1.124	1.474	49.907
Comércio									
	Masculino	304	28.086	40.632	24.314	59.951	6.250	4.987	164.524
	Feminino	131	12.234	22.378	15.320	58.633	5.945	4.706	119.347
	Total	435	40.320	63.010	39.634	118.584	12.195	9.693	283.871
Serviços									
	Masculino	749	46.978	46.240	20.759	61.284	11.023	29.693	216.726
	Feminino	587	30.296	29.290	14.235	60.542	13.425	32.785	181.160
	Total	1.336	77.274	75.530	34.994	121.826	24.448	62.478	397.886
Administração pública									
	Masculino	535	19.217	8.901	3.022	23.311	3.507	25.774	84.267
	Feminino	233	12.500	9.309	3.166	31.261	6.499	49.057	112.025
	Total	768	31.717	18.210	6.188	54.572	10.006	74.831	196.292
Agropecuária, extração vegetal, caca e pesca.									
	Masculino	406	19.395	6.647	2.368	3.837	413	886	33.952
	Feminino	91	6.032	1.731	760	1.469	207	269	10.559
	Total	497	25.427	8.378	3.128	5.306	620	1.155	44.511
Total									
	Masculino	3.583	225.892	194.796	94.660	251.560	33.047	76.290	879.828
	Feminino	1.527	112.282	108.692	56.208	202.119	32.600	93.713	607.141
	Total	5.110	338.174	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE

II Encontro de Economia Catarinense
Artigos Científicos
Área Temática: Demografia e Mercado de Trabalho
24, 25 e 26 de abril de 2008 – Chapecó, SC

Anexo B - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica, sexo e remuneração.
Santa Catarina, 2005.

	ATE 1	1 A 3	3 A 5	5 A 10	MAIS 10	IGN	TOTAL
Extrativa mineral							
Masculino	43	2.104	2.747	1.154	229	78	6.355
Feminino	20	248	73	45	26	6	418
Total	63	2.352	2.820	1.199	255	84	6.773
Indústria de transformação							
Masculino	2.690	195.050	71.737	32.274	10.606	2.972	315.329
Feminino	3.756	152.335	13.389	4.837	1.253	2.395	177.965
Total	6.446	347.385	85.126	37.111	11.859	5.367	493.294
Serviços industriais de utilidade pública							
Masculino	35	3.205	1.906	2.548	4.291	144	12.129
Feminino	34	697	353	506	677	39	2.306
Total	69	3.902	2.259	3.054	4.968	183	14.435
Construção civil							
Masculino	878	35.050	6.746	2.348	568	956	46.546
Feminino	215	2.442	378	224	64	38	3.361
Total	1.093	37.492	7.124	2.572	632	994	49.907
Comércio							
Masculino	4.815	124.345	22.548	9.311	2.323	1.182	164.524
Feminino	7.427	99.817	8.462	2.452	349	840	119.347
Total	12.242	224.162	31.010	11.763	2.672	2.022	283.871
Serviços							
Masculino	7.466	134.010	37.736	20.317	13.957	3.240	216.726
Feminino	12.498	126.521	20.003	13.538	6.040	2.560	181.160
Total	19.964	260.531	57.739	33.855	19.997	5.800	397.886
Administração pública							
Masculino	533	25.222	21.854	23.079	13.191	388	84.267
Feminino	2.917	47.858	29.141	23.512	8.018	579	112.025
Total	3.450	73.080	50.995	46.591	21.209	967	196.292
Agropecuária, extração vegetal, caca e pesca.							
Masculino	1.418	27.786	2.641	1.096	773	238	33.952
Feminino	860	9.085	232	186	69	127	10.559
Total	2.278	36.871	2.873	1.282	842	365	44.511
Total							
Masculino	17.878	546.772	167.915	92.127	45.938	9.198	879.828
Feminino	27.727	439.003	72.031	45.300	16.496	6.584	607.141
Total	45.605	985.775	239.946	137.427	62.434	15.782	1.486.969

Fonte: RAIS/MTE.